

## ESCOLA, A CIDADE E OS DESFAVORECIDOS DE FORTUNA: ESPAÇOS DA POBREZA EM NATAL-RN (1909-1937)

### THE SCHOOL, THE CITY AND THE UNWEALTHY ONES: SPACES OF POVERTY IN NATAL-RN (1909-1937)

Renato Marinho Brandão SANTOS\*

#### **Resumo:**

O artigo analisa os espaços ocupados pelos pobres na cidade do Natal, entre os anos de 1909 e 1937. Enfatiza, inicialmente, a inserção desse público na Escola de Aprendizes Artífices, de ensino primário e profissional, destinada essencialmente àqueles que eram denominados “desfavorecidos de fortuna”. Avalia o perfil desse público para além dessa genérica denominação e, na sequência, observa a existência de outros espaços na cidade também destinados aos pobres. Para tanto, são analisados livros de matrícula, relatórios do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e matérias do jornal *A Republica*.

**Palavras-chave:** Escola de Aprendizes Artífices; desfavorecidos de fortuna; Natal (RN).

#### **Abstract:**

The paper analyzes the spaces occupied by the poor in the city of Natal from 1909 to 1937. It initially emphasizes the insertion of this public in the Aprendizes Artífices School of elementary and vocational teaching aimed essentially to those who were called "the unwealthy ones". It evaluates the profile of this public beyond this generic denomination and, in the sequence; it observes the existence of other spaces in the city also aimed to the poor. To do so, the registration books, the reports of the Ministry of Agriculture, Industry and Commerce, and articles of the newspaper *A Republica* are analyzed.

**Keywords:** Aprendizes Artífices School; the unwealthy ones; Natal (RN)

#### *A Escola e a cidade*

Uma escola, independentemente de que conhecimentos são veiculados por ela, de quem são seus idealizadores ou público alvo, não pode ser tomada como um espaço hermeticamente fechado. Mesmo que aqueles que pensaram e planejaram a Escola desejem-na como um ente à parte na cidade, com uma lógica própria, mesmo assim, o espaço escolar não se furta a estabelecer diálogos com o que há em seu entorno, em dialogar com a cidade, a começar pelas relações que estabelece com os prédios de sua

---

\* Doutorando – Programa de pós-graduação em Educação – Instituto de Educação – UMinho – Universidade do Minho, campus Gualtar. Braga – Portugal. Professor – IFRN. E-mail: renatombs@hotmail.com

vizinhança, formando uma gramática própria de sentidos, indo até à alteração da dinâmica urbana como um todo.

Faria Filho é um dos que discorre sobre essas relações, voltando-se para a cidade de Belo Horizonte no início do século XX. O autor lembra que a capital mineira foi uma cidade planejada ao final do século anterior e que suas formas tinham uma intenção pedagógica de ensinar/comunicar uma nova ordem, de “distribuir e controlar a população” (FARIA FILHO, 1998, p. 2), em especial as classes pobres e trabalhadoras. Os grupos escolares, criados naquela cidade a partir do ano de 1908, decorridos 11 anos da inauguração da capital, comunicavam-se claramente com a arquitetura da cidade. Dito de outra maneira, o espaço escolar nasceu imbricado ao urbano, sendo

impossível, pois, pensar o processo de escolarização de saberes ou de conhecimentos na escola pública belorizontina daquele momento se não se levar em conta a inserção da escola no mundo urbano e a contribuição que dela se esperava na transformação de seus habitantes, notadamente das famílias pobres (Ibid., p. 3).

A fundação de Natal é bem anterior à de Belo Horizonte. A capital potiguar nasceu em 25 de dezembro de 1599, sendo uma das mais antigas cidades fundadas pelos portugueses em terras brasileiras. Mas o escritor Luís da Câmara Cascudo, responsável por vasta obra sobre Natal, dizia em crônica do ano de 1929 que a urbe natalense “imita cidade recém fundada”, cuja verdadeira idade só era denunciada pelo “enviesamento das artérias” (CASCUDO, 1929, p. 1), em referência às ruas tortuosas da cidade colonial.

O sentimento expresso por Cascudo era compartilhado pelos que administravam a cidade, os seus intendentess, para os quais Natal era uma urbe de direito, mas não de fato. Com o regime republicano, cresceu o interesse da elite local em transformar a cidade ou, talvez seja mais adequado dizer, tornar Natal uma cidade, dando-lhe o grau de civilização e progresso que marcava as modernas urbes da Europa e da América, bem como a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, reformada na administração do engenheiro Pereira Passos, entre 1904 e 1906.

Identificamos alguns dos homens que pertenciam a essa elite. Muitos eram comerciantes e, entre estes, diversos ostentavam as patentes de major e coronel da Guarda Nacional, instituição criada ainda no início do Império, em 1831. Outros tantos eram formados em Direito na Faculdade de Recife, capital do estado de Pernambuco (NONATO, 1960). Alguns tiveram a oportunidade de conhecer a América ou a Europa,

de modo a vislumbrar as mudanças vividas por aquelas que eram consideradas as nações mais civilizadas e progressistas do mundo. A exemplo, Omar O’Grady, primeiro prefeito de Natal, e Christovam Dantas formaram-se nos Estados Unidos em engenharia e agronomia, respectivamente. O pai deste, Manoel Dantas, não era tanto de viajar para o estrangeiro, mas sua biblioteca, hoje em parte localizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN), sugere-nos que era versado na língua e na cultura francesa, posto que nela encontramos exemplares diversos de *La revue des revues*, *Lecture pour tous*, *Le monde moderne*, *Magasin Littéraire Illustrée* e *La France Géographique Illustrée* (SANTOS, 2012, p. 178-182).

Exemplos mais significativos ainda talvez sejam os do cosmopolita Augusto Severo de Albuquerque Maranhão e de Henrique Castriciano. Aquele foi personagem marcante na história da aviação mundial, tendo morrido no céu parisiense, em maio de 1902, após sobrevoar com o seu balão Pax as ruas da Cidade Luz reformada na gestão do prefeito Haussmann. Castriciano, criador da Liga de Ensino, em 1911, e da Escola Doméstica, ligada à Liga, em 1914, viajou à Europa em 1909 e 1913, percorrendo neste último ano a França e a Suíça, dedicando-se à análise do sistema educacional direcionado às mulheres. Outra característica comum a esses homens é que, muitas vezes usando seus laços familiares e de amizade, atuaram em cargos políticos na municipalidade, no estado ou no Congresso Nacional. Augusto Severo era Deputado Federal à época de sua morte e Castriciano, por alguns anos, ocupou o cargo de secretário de governo do estado.

Alguns mais, outros menos viajados, esses homens viam a oportunidade de levar Natal a outro caminho, posto que com a instauração do regime republicano a cidade estaria agora em suas mãos, e não mais nas de “forasteiros”, como eram chamados os naturais de outros estados, indicados pelo governo imperial para comandar o Rio Grande do Norte. O nativismo era intenso no discurso desses republicanos (BUENO, 2002), assim como o era o sentimento de que Natal precisava ser remodelada, tornar-se “cidade de fato” e estabelecer sua centralidade sobre o território potiguar (ARRAIS, 2005, p. 124-139).

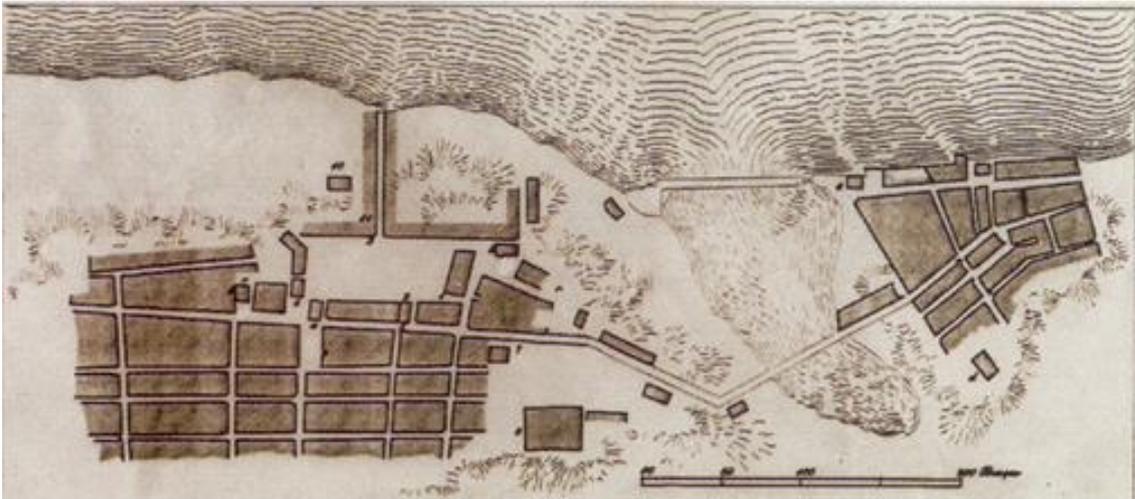
Diante do exposto, a Natal do início do século XX é uma cidade marcada por uma série de transformações, entre as quais podemos destacar as obras de calçamento, a construção do Teatro municipal Carlos Gomes, de novas praças e, inclusive, de um novo e aprazível – ao menos no campo das ideias, na vontade dos que o planejaram –

bairro, cujo nome, Cidade Nova, revelava os desejos da elite local em transformar o espaço urbano de Natal, ao passo em que se distanciavam dos tempos da monarquia, mormente caracterizados pelo seu discurso como tempos de decrepitude e atraso.

Devemos ressaltar que o bairro de Cidade Nova foi o terceiro a ser criado em Natal, a partir da resolução municipal nº 55/1902. Antes, a cidade era composta por dois únicos bairros, a Ribeira e a Cidade Alta. Antônio José de Melo e Souza, governador do Rio Grande do Norte em duas oportunidades (de 1907 a 1908 e de 1920 a 1924), apresentou um retrato interessante da Natal de fins do século XIX. Sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, o político e autor caracterizou a cidade como uma “modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta (...) com pequeno comércio e nenhuma indústria” (SOUZA, s.d., p. 12). Com um tal cenário, a cidade mais parecia uma “vila pacata de interior do que uma capital marítima” (Ibid., idem).

Entre fins do século XIX e início do XX, a comunicação entre os espaços que formavam essa cidade era bastante frágil, limitada. A explorar essa situação, em tom metafórico Câmara Cascudo tratou da rivalidade entre os moradores desses dois bairros. Segundo o historiador, à noite os xarias não desciam à Ribeira e os canguleiros<sup>1</sup> não subiam ao bairro alto da cidade, senão a briga entre as duas partes estava montada (CASCUDO, 1980, p. 214-216). A história contada por Cascudo é reflexo, como dito, de uma cidade constituída por espaços segmentados, o que também é visto na fala de Policarpo Feitosa, ao se referir às “ruas impossíveis”, aos caminhos tortuosos que marcavam a cidade, cuja representação gráfica pode ser vista pelo mapa abaixo.

### **Imagem 1: Mapa de Natal.**



**Fonte:** FERREIRA (et al), 2008, p. 49.

O mapa da segunda metade de 1864, produzido por Gustavo Dodt e presente no Atlas do Império do Brasil, representa ainda bem a cidade do início do século XX. O bonde, responsável por ligar à Cidade Alta (à esquerda, no mapa) à Ribeira, só chegaria em 1907, puxado por dois burros. Em 1911, com a chegada da energia elétrica, inaugurava-se, finalmente, o bonde elétrico. As obras de calçamento realizadas a partir dessa época, intensificadas na gestão de O'Grady, na década de 1920, aliadas à construção de estradas de rodagem, à obra da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte e às reformas do porto, ajudaram a conectar os diferentes espaços de Natal, a capital ao interior e, por fim, ao exterior, embora com fragilidades permanentes no período estudado.

Ainda no ano de 1911, a Intendência tornou a região do Alecrim, antes ligada à Cidade Alta, um novo bairro da cidade, também por meio de resolução municipal. A ideia era trazer esse espaço da cidade, formada em essência por populares, alguns frequentadores da Escola de Aprendizes, para as teias do poder da municipalidade. Como bairro, o Alecrim, habitado desde a segunda metade do XIX, tinha seus limites melhor definidos, uma divisão em distritos e, em consequência, uma fiscalização mais rígida de suas atividades por parte dos funcionários da Intendência, o que permitiria a essa instituição uma arrecadação de tributos mais significativa. (SANTOS, 2012, p. 263-264).

Como vemos, em nove anos o espaço urbano natalense tornou-se mais complexo, mais denso. Se em 1902, eram apenas dois bairros a formar a cidade, em 1911 tínhamos já quatro. A população também crescia, em ritmo relativamente acelerado, embora os

números careçam de precisão<sup>2</sup>. Os meios de locomoção, como vimos, vinham sendo aprimorados. Os melhoramentos, contudo, não chegavam a todos os espaços da cidade. Regiões populares, tais como o Passo da Pátria, oficialmente parte da Cidade Alta, e as Rocas, pertencente à Ribeira, ficaram quase que durante todo o período aqui analisado à margem do processo de modernização da cidade.

Esta última região, em 1926, era lembrada por Omar O’Grady, então presidente da Intendência, como “o bairro mais pobre da cidade” (GOVERNO do Município. *A Republica*, 08 jan. 1926, p.1). Apesar do intendente referir-se às Rocas como bairro, a região, à época, ainda estava oficialmente ligada à Ribeira, tornando-se bairro, por lei, apenas em 1947, através do decreto-lei nº 251, lançado na gestão do prefeito Sylvio P. Pedroza (PROJETO de lei 251, 1947, p. 2).

Região de onde vinham boa parte dos alunos da Escola de Aprendizes de Natal, as Rocas eram uma parte esquecida da cidade, ao menos até a década de 1920. Eram raríssimas, até então, as referências ao local nos jornais, o que nos permite afirmar se tratar de um espaço marginalizado pelos gestores da municipalidade, não enquadrado no ideal de urbe forjado pelos edis natalenses entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX (SANTOS, 2012). A sua inserção no mapa político da cidade, a partir dos meados da década de 1920, na gestão de Omar O’Grady, foi reflexo de novos arranjos políticos que visavam, entre outros aspectos, atender a demandas do grupo dos artistas (no período estudado, a palavra é sinônimo de artífices) e operários.

Ao integrar outras regiões da cidade às teias de poder da Intendência, os membros dessa instituição, liderados por O’Grady, desejavam também civilizar aquele “populacho” indesejado (DANTAS, 1917, p. 1; 1918, p. 1). Para tanto, algo além das obras materiais era necessário. O já referido Cascudo, Henrique Castriciano, seu irmão Eloy de Souza, entre outros, viam um significativo descompasso entre as mudanças materiais percebidas nas formas da cidade e o comportamento ainda atrasado, de antanho, de parte da população local, explicado por variadas vezes pela falta de educação dos mais humildes, impossibilitados de entenderem os avanços realizados pelo novo regime em sua cidade e incapazes de usarem de maneira adequado aparelhos urbanos, tais como praças, o mercado público e o bonde, por exemplo (SANTOS, 2012, p. 249-250).

Esse tal descompasso foi retratado em crônica de Castriciano, na qual o autor ressaltou a presença de um tipo humano matuto, meio “acabrunhado”, fechado em si, ainda bastante comum nas terras natalenses do início do século XX:

A Republica como que reformou a capital; (...) porém os melhoramentos não alteraram a sua fisionomia da aldeã. [...]  
(...) O jardim, o teatro, o calçamento e o nivelamento de certas ruas  
(...) deram nos um ar mais distinto, embora o conjunto da cidade, desde as casas mal construídas até o aspecto dos habitantes, deva impressionar pouco satisfatoriamente o viajante que notará logo a nossa curiosidade matuta. [...] (CASTRICIANO, 1907, p. 1)

O “barulho” desses populares chegava também ao bairro criado inicialmente para a elite (SIQUEIRA, 2014) e referido como o mais aprazível da cidade em diversas matérias d’*A Republica*, a Cidade Nova. Afinal, deve-se considerar que esse bairro não era habitado exclusivamente pela elite local. Um bom número de desafortunados aprendizes, por nós mapeados, vinham de lá. Os jornais locais, em especial *A Republica*, mostram que o intento daquele grupo social de limpar a região, retirando dali casebres, casinhas e ranchos em uma operação de “bota abaixo”<sup>3</sup>, não foi de todo concretizado. Além da constante reclamação de animais soltos no bairro – o que já sugere que a região apresentava características reputadas ao meio rural – tais como burros praticando as “cenas mais horripilantes” (VIDA social. *A Republica*, 04 dez. 1906), a queixa de um morador abastado sobre um “batuque infernal”, gerado pela prática do zambê, uma “diversão popular barata” (BATUQUE infernal. *A Republica*, 08 ago. 1904), demonstram que Cidade Nova continuava a ser um bairro formado também por populares.

A pensar na educação desses homens, no relatório da Intendência do ano de 1905, relativo ao triênio anterior, o coronel Joaquim Manoel, então a presidir a instituição, afirmava o interesse na “criação de um instituto em que o ensino fundamental e a aprendizagem de artes e ofícios ministre à infância, por processos adiantados e métodos racionais, a educação literária e profissional tão necessária ao cidadão na luta pela vida”, de modo a seguir caminho semelhantemente adotado pelos “povos de cultura mais adiantada” (GOVERNO Municipal. *A Republica*, 16 jan. 1905). Acontecia, contudo, que os valores arrecadados pela Intendência eram à época muito baixos, de modo que a edilidade não tinha condições de arcar sozinha com o erguimento dos grupos escolares já difundidos nos estados e capitais mais desenvolvidos do país.

Esses investimentos passaram a ser realizados no governo de Alberto Maranhão, especialmente em seu segundo mandato, entre 1908 e 1914 (AZEVEDO; STAMATTO, 2012). A inauguração da Escola de Aprendizes de Natal, em 1910, recebida com entusiasmo pela elite local, representou um novo passo no processo de mudanças vividas pela cidade e visava, em especial, transformar a mentalidade dos de “pés no chão” (JARDIM Publico. *A Republica*, 11 nov. 1905). As Escolas de Aprendizes, criadas na gestão do presidente Nilo Peçanha e vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, se propunham a fazer justamente o que desejava Joaquim Manoel: aliavam o ensino das primeiras letras ao de um ofício (sapataria, marcenaria, alfaiataria, funilaria e serralharia eram os cursos oferecidos em Natal) e eram voltadas quase que exclusivamente a um público denominado pelo próprio decreto que criava as Escolas, o de nº 7.566/1909, *desfavorecidos de fortuna*.

O que expomos até o momento reflete o nosso entendimento de que a Escola se relacionou fortemente com a cidade, e de que essas relações com o espaço urbano natalense foram além, é certo, das formas da arquitetura escolar e da localização da escola nesse espaço. A Escola de Aprendizes de Natal se encaixou no discurso republicano de “ordem e progresso”, lema positivista que embalou o novo regime e que se faz presente na nova bandeira nacional. A referida instituição escolar esforçou-se por criar uma “alma nova” entre seus aprendizes (DANTAS, 1913, p.1), levando-os a adquirir “hábitos de trabalho proficuo” (DECRETO nº 7.566, 1909, p. 1) e afastando-os da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime que, na visão da elite brasileira, marcavam as classes populares, constantemente referidas como “classes perigosas” (CHALHOUB, 2001, p. 76).

Este pensamento é claramente reproduzido em Natal, onde as linhas do jornal *A Republica*, órgão do Partido Republicano Federal no estado, mostravam o entusiasmo da elite local com a chegada do novo estabelecimento escolar. Nas palavras de um dos redatores do periódico, a Escola de Aprendizes prestaria “inestimáveis serviços à nossa terra, fazendo dessa grande quantidade de pequenos vagabundos que infestam as ruas, habitués das tavernas e das tavolagens, homens úteis, artistas competentes nas diversas profissões em que se desdobra o curso da Escola” (ESCHOLA de Artifices. *A Republica*, 13 jan. 1910, p. 1). Mas, afinal, quem eram esses jovens desfavorecidos de fortuna? Que espaços da cidade habitavam?

Analizamos 1418 registros de matrículas presentes em livros dos anos de 1924 (diurno), 1925 (diurno), 1926 (diurno e noturno), 1927 (noturno), 1928 (diurno), 1929 (diurno), 1930 (diurno), 1931 (diurno), 1932 (diurno), 1933 (diurno), e 1937 (diurno). Esses livros de matrícula trazem nome completo dos alunos, filiação, idade, endereço (na maioria dos exemplares) e, em alguns casos, profissão do responsável ou do próprio aprendiz.

Pela leitura de tais fontes, podemos observar de que espaços da cidade vinham os aprendizes. Essa questão, em parte respondida na tabela que se segue, ajuda-nos a delinear, a partir do conhecimento da geografia urbana de Natal no início do século XX, o perfil socioeconômico dos aprendizes.

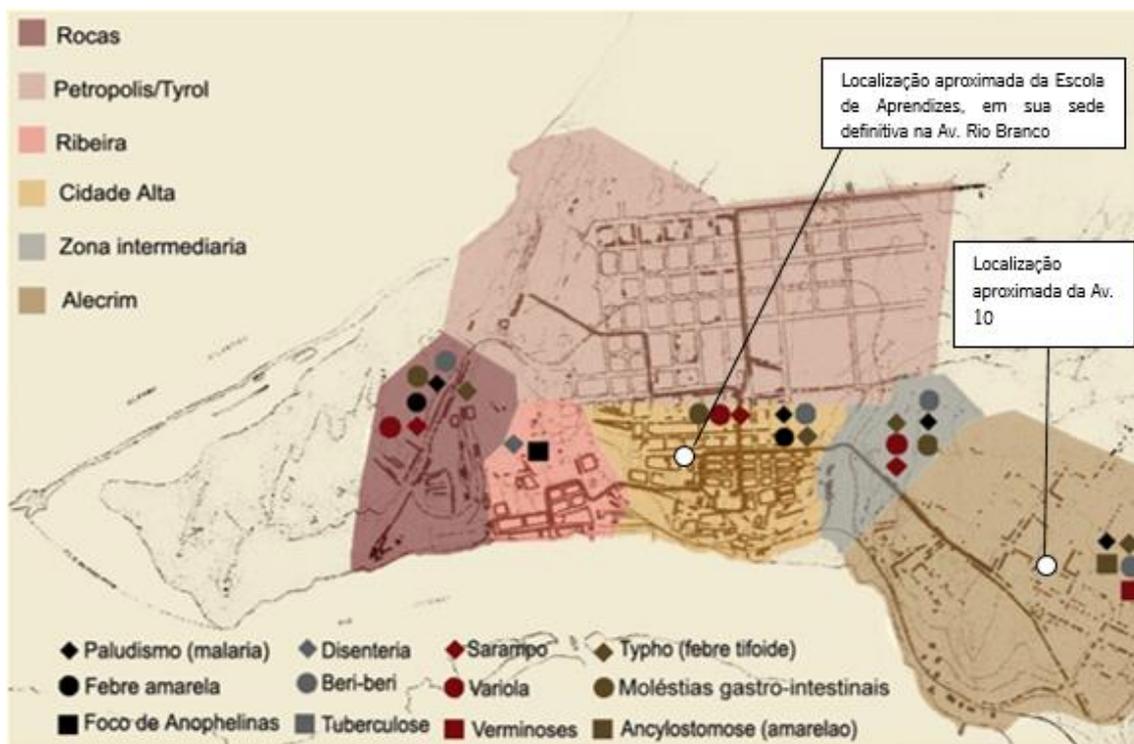
**Tabela 1: distribuição espacial dos aprendizes**

Ano	Bairro				
	Cidade Alta	Ribeira (Rocas)	Cidade Nova	Alecrim	Outras localidades
1925 (Diurno)	40	16 (5)	28	28	14
1926 (Diurno)	75	24 (13)	57	51	39
1927 (Noturno)	13	3 (2)	2	3	6
1928 (Diurno)	10	6 (5)	11	16	9
1930 (Diurno)	61	16 (12)	27	80	56
1931 (Diurno)	68	60 (50)	31	149	52
1937 (Diurno)	43	18 (17)	34	129	74
<b>Total por bairro</b>	310	143 (104)	180	456	250

A análise da tabela acima passa pela compreensão da geografia da cidade de Natal no início do século XX. Como dissemos anteriormente, até a década de 1930, a capital

potiguar possuía quatro bairros oficiais: Cidade Alta, Ribeira (os mais antigos), Cidade Nova, primeiro bairro planejado, e o Alecrim, oficialmente estabelecido como bairro por resolução municipal de 1911. O mapa a seguir representa esses diferentes espaços da cidade na década de 1920.

**Imagem 2: representação espacial dos bairros da cidade**



**Fonte:** arquivo do HCurb

Elaborado pelo grupo de pesquisa HCurb (História da Cidade e do Urbanismo), da UFRN, a planta modificada, baseada na do engenheiro Henrique de Novaes (1924), tem o fim de analisar os focos de doença existentes nos diversos espaços da cidade de Natal e a política higienista desenvolvida por médicos e engenheiros em parceria com os governos do estado e da capital. Ao cumprir seu objetivo, permite também uma clara identificação dos quatro bairros da cidade. A tabela que apresenta a distribuição espacial dos aprendizes, por sua vez, mostra-nos que os jovens desafortunados que ingressaram na Escola de Natal vinham de todos os cantos da cidade. Mas é perceptível o predomínio daqueles oriundos do bairro popular do Alecrim: são 456 de um total de 1339 cuja localização é apresentada nos livros de matrícula, ou seja, pouco mais de 34% do total, número bastante significativo. E o que podemos dizer sobre eles?

O bairro do Alecrim, originalmente habitado pelas classes populares e pensado no *zoning* proposto pelo arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo em seu Plano Geral de Sistematização (1929) como bairro operário da cidade, era essencialmente formado por aqueles que eram denominados de desfavorecidos de fortuna. Localizados na periferia da área urbana, eram esses aprendizes do Alecrim os que mais caminhavam até chegar a Escola. Boa parte deles, quarenta ao todo, vinham da Avenida 10 (identificada na imagem 2), e tinham que percorrer cerca de dois quilômetros até a Escola, tendo em vista que dificilmente teriam condições de arcar com a entrada do bonde. Esses dados demonstram que a Escola de Natal era formada em essência, de fato, por desfavorecidos de fortuna. Os aprendizes do Alecrim, é certo, faziam parte desse público.

Poder-se-ia pensar, por outro lado, que havia tantos outros aprendizes que vinham de Cidade Nova. Mas este bairro, planejado pela e para a elite local, era também, para desprazer desse grupo social, habitado por desfavorecidos de fortuna. Isso porque referimo-nos aqui a uma cidade pequena, com centro urbano de dimensões acanhadas e transporte público precário. O bonde chegava apenas aos principais pontos da cidade. A população mais humilde não tinha como viver longe do centro. Ademais, antes de a região de Cidade Nova ser pensada como o aprazível bairro de Natal, já havia ali pessoas de origem humilde habitando casinhas e ranchos (GOVERNO Municipal. *A Republica*, 14 jan. 1905, p. 1).

Apesar disso, chama-nos a atenção o fato de os pais dos alunos Laert Estevam Villela, Moyses Pompeu, Antonio Ferreira, João Barbosa da Silva, Sebastião Cardozo, Raimundo Nonato Lourenço e Severino Freire, todos matriculados na Escola no ano de 1926 (ESCOLA, 1926, s.p.), terem indicado como endereço residencial a Solidão, região em que ficava o sítio homônimo de propriedade de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Além deles, os aprendizes João de Oliveira e José Miguel, matriculados no ano anterior (ESCOLA, 1925, s.p), moravam, segundo seus pais, no entorno da Praça Pedro Velho, *square* que era o ponto central do bairro Cidade Nova. Embora não tenhamos informações precisas sobre o “bota abaixo” que a Intendência empreendeu naquela região na busca por higienizá-la e retirar dali os pobres, acreditamos que essa ação tenha se iniciado justamente nas áreas próximas às propriedades da família Albuquerque Maranhão, a qual dominava a política local no início do século XX. Nessa perspectiva, é possível supor que alguns dos aprendizes acima referidos – uma minoria quando levamos em conta que foram identificados trezentos e dez registros de

aprendizes oriundos do bairro – não se enquadravam no perfil de desfavorecidos de fortuna.

Os alunos que vinham da Cidade Alta não sofriam com o deslocamento como aqueles do Alecrim. Viviam já nas redondezas da Escola e representavam pouco mais de 21% do total de matrículas identificadas. Vale lembrar que a Escola se localizou sempre, ao longo do período estudado, no bairro de Cidade Alta: primeiramente na rua Presidente Passos, no antigo Hospital da Caridade; em seguida, provisoriamente na sede do Natal Club, na avenida Rio Branco; e, por fim, em prédio próprio na mesma avenida. Esses aprendizes de Cidade Alta viviam no centro de poder da capital. O espaço que estava destinado a eles era aquele que, na visão da elite, poderia transformá-los em “cidadãos úteis” (DECRETO nº 7.566, 1909, p. 1), capazes de compreender e aceitar cordialmente a ordem daquela sociedade.

Do bairro da Ribeira, vinha um número de aprendizes que não pode ser considerado: cerca de 10,7% do total. Pelos registros que podemos identificar, era o bairro de onde vinha menor número de aprendizes, certamente por ser, no início do século XX, essencialmente comercial. Mas desses alunos vindos da Ribeira, um número superior a 73% era da região das Rocas, a mais pobre da cidade e mais esquecida pelo poder público. Dali, não vinha certamente outro público, que não fosse o de desfavorecidos de fortuna.

Em linhas gerais, observa-se que a breve análise dos locais de residência dos aprendizes indica que a Escola de Natal era frequentada, em essência, por jovens desafortunados. O Alecrim, bairro popular, era o local de onde vinha a maioria dos alunos. A Cidade Nova, por outro lado, era local de origem de uma minoria. Dos que vinham da Ribeira, grande parte morava na paupérrima região das Rocas. Há determinadas localizações, porém, que parecem insistir em mostrar que havia exceções, as quais surgem, de qualquer modo, mais para confirmar a regra do que para negá-la.

Até o final do recorte analisado, essa realidade não muda. Em maio de 1937, uma matéria do jornal *A Ordem*, vinculado à Diocese de Natal, publicava matéria tratando da Escola de Aprendizes e do seu público. O título deixava claro quem eram aqueles que frequentavam a instituição: a Escola de Aprendizes era, por excelência (dizia o autor), a *Academia do Pobre*. Lucio, nome daquele que assinava a matéria, afirmava que “os cursos normais, os profissionais e os superiores, continuam trancados para o pobre. É-lhe proibido sonhar sequer com um pergaminho” (ACADEMIA. *A Ordem*, 18 maio

1937, p.1). Ao mesmo tempo em que as portas desses espaços estavam fechadas aos desfavorecidos de fortuna, o simples aprendizado do alfabeto, o saber assinar o nome era, para Lucio, insuficiente ao pobre que queria vencer os desafios da vida moderna.

Lucio lembrou que, durante muito tempo, a procura por mestres em oficinas particulares foi uma saída adotada pelos jovens pobres da cidade. A chegada da Escola, porém, abria um novo cenário, na medida em que a instituição era capaz de garantir, simultaneamente, o acesso às primeiras letras e a uma profissão a centenas de jovens desafortunados.

Se era significativa a contribuição da Escola para a formação do aluno, sua importância para o sustento material do aprendiz artífice não era esquecida por Lúcio. Eis aí, segundo o autor, a singularidade da instituição: “além do ensino e do aprendizado, tem o aluno almoço e merenda, quer dizer, é uma boca a menos para a panela da família” (Ibid., idem). Família pobre, humilde, parca de recursos, o que de fato permite que apontemos que os aprendizes artífices eram, ao menos em sua maioria, desfavorecidos de fortuna. Sua permanência na instituição dependia desse sustento material. Destinada, essencialmente, a este público, a Escola estava fadada a se tornar, segundo Lúcio, a *Academia do Pobre*.

O tom otimista de Lúcio esconde o fato de que muitos aprendizes não concluíam seu curso. Os dados presentes nos relatórios do Ministério da Educação indicam índices de conclusão baixíssimos, ao passo que o número dos que abandonavam a escola pela necessidade de contribuíram para o sustento da família (CUNHA, 2005, p. 110), ou eram expulsos por questões disciplinares – a bem da ordem, da decência ou da disciplina, conforme se observa nos livros de matrícula – foi constantemente elevado no período estudado. Quando a Escola não conseguia, na visão da elite, civilizar os de “pés no chão”, para onde eles iam? Que destinos restavam a esses e outros pobres indesejáveis da cidade?

### *Cinco espaços, um desejo: o Lazareto, o Leprosário, o Presídio, a Escola e o Dispensário*

Na Natal do início do século XX, os cinco espaços destacados recebiam aqueles homens que estavam à parte do processo de modernização da cidade. Esses tais

“desfavorecidos de fortuna” não pegavam o bonde, não iam ao teatro nem ao cinema e, quando frequentavam as praças públicas, não costumavam ser bem vistos, por serem homens de “pé no chão” com hábitos considerados inadequados pelo grupo dirigente.

Em reflexão inicial, observamos que esses espaços guardavam relações importantes entre si. No geral, eles voltavam-se para o controle dessa classe tida como *perigosa*, no discurso que se vê em leis, matérias de jornal e relatórios. Procuravam disciplinar homens que tendiam ao vício, ao crime ou à vagabundagem, em regra aqueles que fugiam à normalidade.

O grupo dirigente, ou elite, a que nos referimos projetava por meio de seus anseios uma cidade ideal – moderna, progressista, civilizada e higienizada. Para pô-la em execução era preciso aliar o projeto político, voltado para os melhoramentos urbanos e para uma nova gestão do espaço citadino, ao projeto educativo-pedagógico, o qual “visa formar ‘homens novos’ para habitarem uma ‘cidade nova’ que, sendo sempre fechada sobre ela própria, não pode deixar de ser, aos olhos do arquitecto utopista, imaculada (porque pura) e a mais perfeita de todas (ARAÚJO, ARAÚJO, 2006, p. 49)”.

A cidade ideal, contudo, tinha que conviver com a cidade real. Na Natal de “pedra”, diferentemente da Natal de “papel”, o grupo dirigente teria que lidar com os indesejados, aqueles que eram doentes, morféuticos, transgressores das normas, vadios, criminosos e “desfavorecidos de fortuna”. A cidade que se queria sã e bela precisava produzir, para tanto, espaços que acomodassem essas classes diversas de indesejados. O afã pela construção desses espaços foi, inclusive, ironizado pelo jornal *Diario de Natal*. Segundo o periódico oposicionista, “Si a medicina de narinas abertas, cautelosa e hábil farejava bons ares, logo a engenharia traçava as plantas de soberbas edificações...”. Prosseguindo em sua explanação, o jornal afirmava que os representantes do governo do estado “vagando e sempre vagando por campinas e morros, em planos tinham concebido um mundo de progresso. Falava-se de sanatórios, de asilos, de hospitais, lazaretos, isolamentos, cemitérios, matadouros, banheiros, lavanderias e *outras palavras sugestivas* (PIADAS... *Diario*, 08 fev. 1908, p.1).”

Dos espaços que trataremos, o primeiro a ser construído foi o Lazareto da Piedade. Ainda sem nome definido, o espaço foi inaugurado no ano de 1857, numa região, à época, distante do centro da cidade, para além do cemitério do Alecrim. A distância em relação ao local mais povoado da urbe estava aparentemente associada à teoria dos miasmas – baseada no princípio de que o contágio de doenças ocorria pela

inalação de miasmas – supostamente defendida em âmbito local pelo médico Januário Cicco<sup>4</sup>.

Pode causar estranheza, mas o lazareto não tinha a função de receber os leprosos, mas sim “os variolosos, os bexigentos horrendos, cobertos de pústulas amarelas (CASCUDO, 1980, p. 361)”, os tuberculosos e sífilíticos; em resumo, um “rebanho magro” (Ibid., idem) e abatido que sujava a cidade, na visão do grupo dirigente. A partir de 1911, na gestão de Alberto Maranhão, passou ainda a receber os que não se enquadravam nas normas de convívio em sociedade, genericamente chamados de loucos.

O espaço propriamente destinado aos lázaros seria criado tempos depois, mais especificamente no ano de 1929. Com o nome de São Francisco de Assis, foi inaugurado na gestão do governador Juvenal Lamartine de Faria. A cerca de seis quilômetros do centro populacional da cidade (Ibid., idem), o leprosário não veio só, mas acompanhado pelo decreto nº 423/1929, que tornava obrigatório o isolamento dos doentes, “de acordo com o ensinamento dos leprólogos mais eminentes” e com o que se praticava nos “países mais adiantados”, segundo informava o gestor (FARIA, 2014, p. 24). Em nome da ciência moderna, o governo do estado, através do leprosário, apartava pais de filhos, irmãos de irmãs, detendo forçosamente os portadores do mal de Hansen, em nome da cidade sã, limpa, higienizada.

Os que eram contaminados pelo vício do álcool, pela vagabundagem e que descambavam para a criminalidade tinham, normalmente, outro destino: o presídio. Em 1911, a antiga cadeia pública, fundada em 1722, guardando ainda aspecto colonial que remetia às casas de câmara e cadeia (CASCUDO, 1980, p. 161), era derrubada, dando lugar a uma nova casa de detenção, localizada em Petrópolis, no *chic* bairro de Cidade Nova. É claro que os detentos não experienciavam o nobre espaço da mesma maneira que os mais abastados, mas entre as grades podiam respirar o ar puro, símbolo de liberdade, que corriam pelas ruas arborizadas do terceiro bairro de Natal.

A mudança do local do presídio era “urgentemente reclamada” (A DATA da República. *A Republica*, 15 nov. 1911, p.1) no início do século XX, pois a antiga cadeia, insalubre, anti-higiênica, feria os foros de “cidade civilizada” (Ibid., idem) que marcavam Natal, segundo seus gestores. Por isso, a cadeia foi transferida para o Monte Petrópolis, adequando-se às condições de “higiene e segurança erigidas em estabelecimentos congêneres” (Ibid., idem).

Mas o que a Prisão tem a ver com a Escola? Há no mínimo duas relações claras entre os dois espaços, as quais merecem ser levantadas. A primeira diz respeito à Higiene: ambos os espaços, Escola e Prisão, são moldados a partir dos preceitos higienistas. Essa ciência moderna terá papel fundamental no processo de reorganização escolar, criando novos critérios, por exemplo, para a escolha da localização da escola; para sua arquitetura; para o cuidado do corpo do aluno; e até mesmo para a definição do que deveria ser lido e daquilo que deveria ser censurado nas instituições escolares (GONDRA, 2000). No que diz respeito à prisão, a Higiene define sua arquitetura, retangular, com celas “arejadas duplamente por aberturas interiores e exteriores, deitando as primeiras para um claustro espaçoso e bem iluminado (MARANHÃO, 1911, p. 14)”.

A segunda relação diz respeito aos alvos dos dois espaços, os aprendizes e os detentos. Quanto aos primeiros, mesmo que se tratassem ainda de jovens, a Escola visava regenerá-los, posto que, desfavorecidos de fortuna, tenderiam naturalmente, na visão dos dirigentes republicanos, ao vício e à vagabundagem, como já deixava explícito o decreto de criação das Escolas de Aprendizes. Nesse sentido, o espaço escolar representaria uma tentativa de mudança de rumo para os jovens desafortunados, uma intervenção do Estado brasileiro com o intento de que aqueles meninos fossem disciplinados e adquirissem “hábitos de trabalho profícuo (DECRETO nº 7.566, 1909, p. 1)”, pelos quais se ergueria uma nova nação.

Para os que eram eliminados da Escola, ou aqueles que sequer tinham a oportunidade de frequentá-la (e esses eram muitos), restava muitas vezes a prisão. Mas é este também um espaço de regeneração. Como explica Aldenise Silva, a edificação da nova casa de detenção em Natal foi reflexo de um processo, desenvolvido em âmbito nacional, de mudanças nas instituições prisionais, iniciadas através do Código Criminal do Império, de 1830. Essa lei “inaugurava uma nova concepção da prisão no Brasil, que buscava ultrapassar a ideia de mera punição ao condenado, propondo a transformação do ambiente prisional sob o ideal de correção moral do preso (SILVA, no prelo, p. 15)”, de modo a integrá-los a uma nova ordem: o mundo do trabalho.

Em síntese, Escola e Presídio deviam higienizar homens. Higienizar suas condutas, seus hábitos, disciplinar, normatizar, criar novos hábitos tidos como bons, sadios e vinculados a uma nova moral, voltada para o mundo do trabalho. Uns, jovens ainda, mas com o espírito já maculado pela origem social, com a natureza tendenciosa

para a vagabundagem e o crime, podiam ser corrigidos antes de causarem males maiores à sociedade. Outros, já tendo enveredado pelo mundo do crime, poderiam corrigir-se, mudar o rumo. Para ambos, desejava-se que fossem “homens úteis” (ESCHOLA de Artífices. *A Republica*, 13 jan. 1910, p. 1) à nação.

A Escola de Aprendizizes Artífices, como bem sabemos, foi instalada em Natal em janeiro de 1910. Sua chegada, pudemos ver, foi cercada de expectativas. Os anseios de formação de um novo homem e de uma sociedade reformada permaneceram vivos ao longo do período que estudamos. Em fins de 1913, vemos a edição de 1º de dezembro d’*A República* dedicar sua primeira página às festas escolares, destacando as ocorridas no Grupo Escolar Frei Miguelinho e na Escola de Aprendizizes. Relativamente à instituição que estudamos, além da forte referência ao diretor Sebastião Fernandes, posto como um guia moral dos aprendizes, o periódico destacava que a Escola vinha preparando, “pelo trabalho, pela instrução e pelo exemplo, uma geração nova digna de nossa terra, escola da sociedade natalense” (JARDIM publico. *A Republica*, 01 dez. 1913, p.1).

A Escola de Aprendizizes chegava à capital potiguar em um momento em que o governo do estado do Rio Grande do Norte vinha levando adiante um processo, iniciado em 1908, de edificação de grupos escolares, espalhados pela capital e cidades interioranas. De 1908 e 1912, na gestão de Alberto Maranhão, foram inaugurados 24 grupos escolares, sendo dois deles em Natal: o Augusto Severo, na Ribeira, e o Frei Miguelinho, no bairro do Alecrim. No período de 1912 a 1927, foram mais 15. O objetivo principal desses grupos, bem sintetizado por Azevedo e Stamatto, era disseminar o civismo e os princípios morais (AZEVEDO; STAMATTO, 2012, p. 143), o que também pode ser claramente identificado no que diz respeito à atuação da Escola de Aprendizizes.

Esse objetivo, contudo, esbarrava em problemas estruturais, como a inadequabilidade dos prédios que serviram de sede à Escola e o aparelhamento escasso das oficinas; na ausência de mão de obra adequada, o que era constantemente reclamado nos relatórios ministeriais; e nos altos índices de evasão<sup>5</sup> que marcaram a referida instituição escolar. E para onde iam os evadidos? O que fazer quando a Escola não conseguia reformar moralmente, disciplinar os aprendizes? Se o presídio podia aparecer como uma opção – indesejável, é claro! – a alguns deles, outro caminho talvez fosse o Dispensário de pobres Symphronio Barreto.

O Dispensário foi criado no ano de 1925. Antes dele, havia sido criado, com funções parecidas, o Asilo de Mendicidade Padre João Maria. Fora fundado em 1º de janeiro de 1912, permanecendo ativo até 25 de maio de 1920, quando deu lugar ao Orfanato de mesmo nome, destinado a meninas desvalidas (CASCUDO, 1980, p. 362). O dispensário parece ter dado resultados mais positivos no combate à mendicância.

N'A *Republica*, a inauguração da citada instituição é tida como uma das principais ações da gestão de Omar O'Grady no ano de 1925. E pouco tempo depois, nos primeiros dias de 1926, o presidente da Intendência anunciava com “grata satisfação” que havia sido abolida a mendicância das ruas de Natal. A ação do Dispensário, mantido pela associação de caridade de Natal, com subvenções da Intendência, era apoiada também pela Igreja Católica, representada pelo Bispo diocesano, D. José Pereira Alves. Juntos, Intendência, Associação de Caridade e Igreja Católica realizavam uma obra de “benefício material e de **ordem social** para a cidade (GOVERNO do Município. *A Republica*, 10 jan. 1926, p.1; grifo nosso)”.

Embora matérias d'A *Republica* e os próprios relatórios de gestão da Intendência destacassem que muitas obras restavam ainda a fazer, a inauguração do Dispensário de pobres parecia encerrar um ciclo no processo de modernização da cidade. Referimo-nos a um processo que se iniciara com a República, se aprofundara na década de 1920, na gestão do próprio Omar O'Grady e ganhara seus contornos finais com o Dispensário de Pobres e com o Plano Geral de Sistematização da cidade, em 1929 (SANTOS, 2012). Era como que o processo de higienização houvesse sido concluído. A cidade bela, com seu Teatro, grupos escolares, ruas calçadas e o bonde elétrico, entre outros melhoramentos urbanos, agora estava limpa de mendigos, desafortunados homens para os quais os referidos melhoramentos eram coisa muito distante. Mas a vitória do Dispensário não representaria a derrota da Escola e da cidade que busca ensinar?

### *A Escola e a cidade que se queria*

Pudemos observar que a Escola de Aprendiz de Natal, inaugurada em janeiro de 1910, se inseriu em um contexto de transformações vividas pela capital potiguar no início do século XX. As fontes pesquisadas nos mostram que, dentro do recorte temporal analisado, a Escola tinha a função principal de disciplinar um grupo

genericamente denominado de “desfavorecidos de fortuna”, naturalmente inclinados, de acordo com o discurso oficial, aos vícios e crimes.

Nesse sentido, chama atenção a fala do Ministro João G. Pereira Lima, no relatório de 1918, sobre o ensino moral e cívico: “devem ser, sobretudo, vividos; devem emanar da vida de cada dia e, mesmo, de cada instante do estabelecimento. (...) Ponham-se aos olhos da criança hábitos constantes de disciplina, de ordem, de obediência, de polidez e de bondade, e quase toda a obra considerar-se-á feita (LIMA, s.d., p. 140)”. Dito de outro modo, a formação da “nova alma” referida por Dantas passava pela construção de uma nova moral ligada à disciplina, à ordem e ao patriotismo, sendo o trabalho um caminho, e não um fim, para se alcançar esse propósito.

O ministro Pereira Lima via na educação profissional um caminho para o “disciplinamento das qualidades viris da nossa raça”. O desenvolvimento desse ramo educacional era, em sua visão, “tarefa fundamentalmente humanitária e republicana de profilaxia ambiente (Ibid., p. 136)”. A limpeza ou higienização proposta pela Escola de Aprendizagem de Natal acabou “varrendo” muitos alunos de suas dependências, excluídos que foram do estabelecimento por razões diversas. Vários outros, porém, abandonaram a Escola, não se adaptando ou resistindo à ordem e à disciplina, à obra profilática que se lhes queria impor, ou simplesmente para poderem suprir suas necessidades materiais em apoio às suas famílias.

Na década de 1920, as discussões sobre o aprimoramento da raça, ou a Eugenia, continuavam bastante em voga. Em uma plateia lotada, presente no *chic* Natal Club, Christovam Dantas discorria sobre os caminhos para o melhoramento da raça, a demonstrar preocupação quanto ao futuro da nação. Dizia o agrônomo que estava o Rio Grande do Norte, em especial o seu interior/sertão, constituído por uma “raça dessorada, fraca e doente, que a ancilostomíase, o álcool e a sífilis estão liquidando”, gerando “um povo incapaz de produzir e de viver” (CHRISTOVAM Dantas. *A Republica*, 03 jan. 1920, p.1).

O problema relatado por Christovam Dantas ganhava tom mais drástico para os que administravam a urbe natalense se considerarmos que, nesse período, em virtude das secas vividas no sertão, como por exemplo entre os anos de 1904 e 1906, e no ano de 1919, milhares de sertanejos vieram para a capital potiguar, tendo sido instalados como operários em obras diversas espalhadas pela cidade (SANTOS, 2012). Mas esses

homens, não obstante seu contributo como mão de obra barata, eram considerados “indesejáveis” (FERREIRA; DANTAS, 2006, p. 45-68) na cidade, posto que seu comportamento, seus hábitos, eram tidos pelos que administravam a urbe como incompatíveis ao processo de modernização que empreendiam. A solução para a transformação desses homens e a redenção da raça, ao ver de C. Dantas, não era outra senão a educação.

No início do século XX no Brasil, o Educar vinha pela Escola, instituição criada com essa função essencial, e pela própria cidade. A urbe, “higiênica, agradável, bela, educada, moderna” – ao menos no campo dos desejos – com suas ruas retas em lugar daquelas tortuosas que marcavam a cidade colonial, com seus equipamentos urbanos, devia ser com o regime republicano um “palco de aprendizagem de novos hábitos”, difusor, juntamente com a Escola que a integra, de “novas regras de comportamento e de novos valores culturais (AZEVEDO; STAMATTO, 2012, p. 24)”. Em síntese, o Educar seria uma ruptura, um corte em relação ao passado pela construção de um caminho humano “em direção a um ‘mundo novo’ (ARAÚJO; ARAÚJO, 2006, p. 60)”.

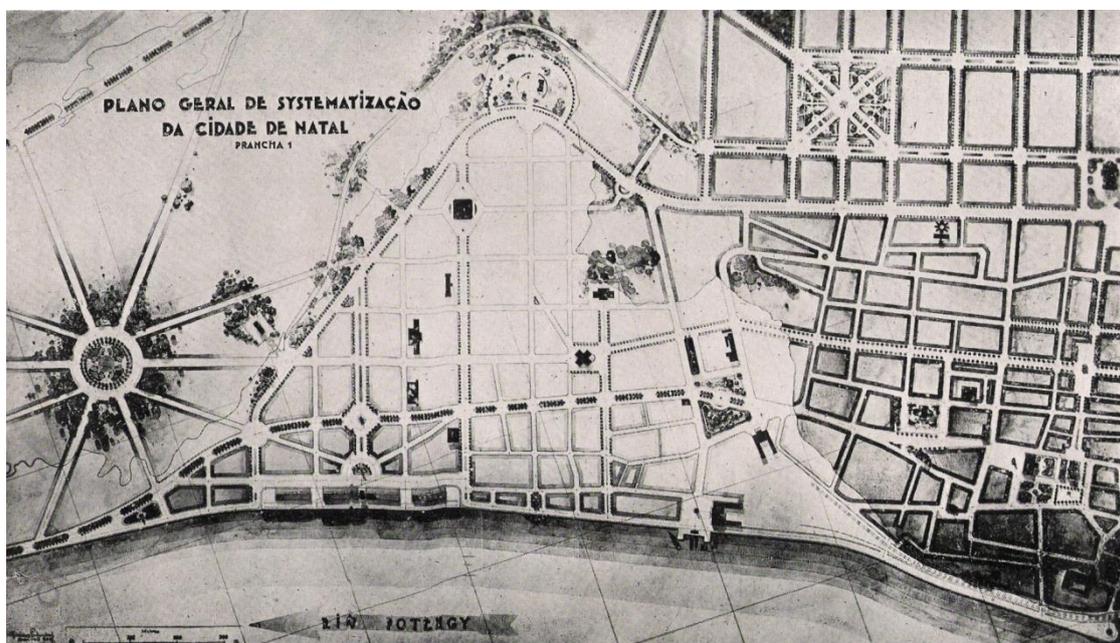
Mas a cidade parecia falhar nesse processo de ensino-aprendizagem. Insistia, em seguidas resoluções, em mudar comportamentos como o de urinar no chão do mercado público ou o de levar animais para pastarem nas praças da cidade (SANTOS, 2012). Não adiantava; não era suficiente. A urbe não conseguia, aparentemente, se comunicar com todos. Entre a cidade e os desafortunados os ruídos eram constantes, impedindo a transmissão da mensagem da “ordem e progresso”.

A Escola, por sua vez, continuava a apresentar, na década de 1920, altas taxas de evasão, as quais não conseguiram ser superadas pelo Serviço de Remodelação do ensino profissional, criado naquela década pelo governo brasileiro para modernizar as Escolas de Aprendizes e uniformizar seus currículos. Em Natal, os “indesejáveis” continuavam a perambular pelos espaços da cidade, sendo um senão, na visão da elite que a administrava, a enfeitar sua feição pretensamente moderna. Em virtude disso, Omar O’Grady, como presidente da Intendência, apoiou a criação do Dispensário de pobres Symphronio Barreto. A ação, posta nos relatórios do governo municipal como uma das principais do novo gestor, foi complementada pela resolução municipal nº 258, de junho de 1925, responsável por proibir a mendicância nas ruas da capital potiguar (NUMA SERIE de sueltos. *A Republica*, 06 jun. 1925; EXPEDIENTE do dia. *A Republica*, 05 ago. 1925, p. 1; O CALÇAMENTO da cidade. *A Republica*, 10 jan. 1926, p.1).

Natal era uma cidade de papel. Os homens que administravam a urbe acreditavam na força da lei como elemento modelador do social, mas a lei, em sua plenitude, é inconcretizável (ROLNIK, 1999), posto que é constantemente confrontada como uma realidade social mais dura do que a pensada pelos seus idealizadores. Essa realidade era formada por muitos desfavorecidos de fortunas, marginalizados, desalojados dos planos pensados pelos membros da elite local.

Ao fim da década de 1920, preocupado com o crescimento futuro da cidade, o engenheiro Omar O’Grady contratou junto ao arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo o Plano Geral de sistematização de Natal, elogiado por Cascudo em virtude de conseguir modernizar a cidade, sem desconsiderar sua história: “Nada de arrasamento e de destruição. O material aproveitado é vasto. As ruas conservam a localização antiga. A mão moderna retificou para melhor onde se semeara a esmo. [...] Aproveita-se o máximo, conservando-se as características da Cidade de trezentos anos feitos” (CASCUDO, 1929). Com o movimento de 1930, dita Revolução pelos que lideraram o processo, O’Grady foi destituído da prefeitura. O plano geral de sistematização, com seu *zoning*, seria usado apenas em parte na década de 1930, pelo escritório de engenharia de Saturnino de Brito.

**Imagem 3: prancha 01 do Plano Geral de Sistematização de Natal.**



**Fonte:** Revista Cigarra, 1929.

A cidade planejada, pensada para o futuro, ficou no papel. O desejo de ordená-la, retificá-la não pôde ser concretizado, ao menos não como idealizado pelos gestores. O zoneamento previa, contudo, ampliar uma tendência de segregação espacial já existente, destinando, por exemplo, ao Alecrim, o papel de bairro operário. E a Escola, que papel lhe cabia nesse processo de construção de uma nova cidade?

Se o plano Geral procurava retificar as ruas coloniais, enviesadas como dizia Cascudo (1929), a Escola tencionava retificar os alunos. A resistiram à ordem que se lhes desejava impor, muitos abandonaram a Escola, ou dela foram expulsos. Outros não tinham meios para se manter, tendo que retornar ao interior. Apenas em 1937, momento em que a Escola recebia investimentos maiores do governo federal (FONSECA, 1986) o livro de matrículas registrou 31 desses casos (ESCOLA, 1937). Tidos como indesejáveis na cidade, a Escola parecia também não conseguir integrá-los.

## Referências

ACADEMIA. *A Ordem*, Natal, 18 maio 1937.

ARAÚJO, Joaquim Machado de; ARAÚJO, Alberto Filipe. *Utopia, cidade e educação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela L.; DANTAS, George Alexandre Ferreira (Orgs.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFRN, 2005, p. 124-139.

AZEVEDO, Crislane Bezerra; STAMATTO, Inês Sucupira. *Escola da Ordem e do Progresso: grupos escolares em Sergipe e no Rio Grande do Norte*. Brasília: Liber livro, 2012.

BATUQUE infernal. *A Republica*, 08 ago. 1904.

BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002

O CALÇAMENTO da cidade. *A Republica*, 10 jan. 1926.

CASCUDO, Luís da Câmara. O novo plano da cidade; I – A cidade. In: *A Republica*, Natal, 30 out. 1929.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed. (1. ed. 1947). Rio de Janeiro/Natal: Civilização brasileira; EDUFRN, 1980.

CASTRICIANO, Henrique. Lourival e o seu tempo – II. *A Republica*, Natal, 04 jul. 1907

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro belle époque*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001

CHRISTOVAM Dantas. *A Republica*, Natal, 03 jan. 1920.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp; Brasília: Flacso, 2005

DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 02 dez. 1913

\_\_\_\_\_. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 11 set. 1917

\_\_\_\_\_. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 14 jun. 1918

A DATA da República. *A Republica*, Natal, 15 nov. 1911, p.1

DECRETO nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf). Acesso em: 01 fev. 2016.

ESCOLA de Aprendizes Artífices. *Livro de matrículas (diurno), 1925*, Natal, 1925 [manuscrito].

ESCOLA de Aprendizes Artífices. *Livro de matrículas (diurno), 1926*, Natal, 1926 [manuscrito].

ESCOLA de Aprendizes Artífices. *Livro de matrículas (diurno), 1937*, Natal, 1937 [manuscrito].

ESCHOLA de Artífices. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1910.

EXPEDIENTE do dia. *A Republica*, Natal, 05 ago. 1925.

FARIA, Juvenal Lamartine de. *O meu governo*. 4. ed. (1. ed. 1933). Natal: Azymuth, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. In: *Revista da Faculdade Educação*, São Paulo, v.24, n. 1, p. 141-159, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-25551998000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100010). Acesso em: 10 mar. 2016.

FERREIRA, Angela Lucia (et al). *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento em Natal - 1850 a 1969*. Natal: IAB-RN/CREA-RN, 2008.

- FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A. F. (Org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: EDUFRRN, 2006.
- FONSECA, Celso Suckow da. *História do ensino industrial no Brasil*, v. 1. 2. ed. (1. ed.1962). Rio de Janeiro: Senai, 1986.
- GONDRA, José Gonçalves. Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2000, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: UEL, 2000.
- GOVERNO do Município. *A Republica*, Natal, 08 jan. 1926.
- GOVERNO do Município. *A Republica*, Natal 10 jan. 1926.
- GOVERNO Municipal. *A Republica*, Natal, 14 jan. 1905.
- GOVERNO Municipal. *A Republica*, Natal, 16 jan. 1905.
- JARDIM Publico. *A Republica*, Natal, 11 nov. 1905.
- JARDIM publico. *A Republica*, Natal, 01 dez. 1913.
- LIMA, João Gonçalves Pereira. *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio, no anno de 1918*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, s.d. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2010/>. Acesso em: 10 jan. 2017.
- MARANHÃO, Alberto. *Mensagem apresentada na abertura da segunda sessão da Sétima Legislatura, em 1º de novembro de 1911*. Natal: Typ. d'A Republica, 1911. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u730/>. Acesso em: 11 jan. 2017.
- NONATO, Raimundo. *Bachareis de Olinda e Recife (Norte-Riograndenses formados de 1832 a 1932)*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1960
- PIADAS... *Diario de Natal*, Natal, 08 fev. 1908.
- PROJETO de Lei 251, de 20 de julho de 1947. Câmara Municipal de Natal, Natal, 1947 [digitado].
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1999
- SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!/: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929)*. 2012. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.
- NUMA SERIE de sueltos. *A Republica*, Natal, 06 jun. 1925

SILVA, Aldenise Regina Lira da. A cidade e suas prisões (1911-1955). In: Arrais, Raimundo (Org.). *A cidade e seus homens*. Natal: EDUFRN. No prelo.

SILVA, Rodrigo Otávio. *Sair curado para a vida e para o bem*: diagramas, linhas e dispersão de forças no complexus nosoespacial do Hospital de Caridade Juvino Barreto (1909-1927). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. *Por uma Cidade Nova*: apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SOUZA, Antonio José de Mello e. *Vida potiguar*. Natal: Sebo Vermelho, s.d.

VIDA social. *A Republica*, Natal, 04 dez. 1906.

---

<sup>1</sup> Os nomes se relacionam a hábitos alimentares dos moradores dos referidos bairros: os xarias eram, segundo o relato de Cascudo, comedores do peixe xaréu, e os canguleiros, do cangulo.

<sup>2</sup> Os censos populacionais realizados à essa época careciam de rigor metodológico, além do que, após o do ano de 1900, bastante criticado, realizou-se outro apenas em 1920 (“Pelo recenseamento”. *A Republica*, 30 abr. 1920, p.1). Nesses censos, como vemos no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população natalense alcançou 16.056 e 30.696 habitantes, respectivamente (<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>). Cascudo (1980, p. 86) afirma, ainda, que Natal possuía, em 1907, 22.121 habitantes.

<sup>3</sup> Em relatório da Intendência Municipal, o coronel Joaquim Manoel, presidente da Intendência, ao tratar da planta do novo bairro, afirmou que “[Nela] figura minuciosamente delineado um novo bairro, a “Cidade Nova”, onde um matagal semeado de cabanas em desordem acha-se substituído por uma série de largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável. Perto de trezentas casinhas e ranchos foram indenizados e removidos do trajeto das ruas do referido bairro” (“Governo Municipal”. *A Republica*, 14 jan. 1905). De acordo com o opositor *Diario de Natal*, contudo, as indenizações não foram pagas, uma das razões pela qual o coronel Elias Souto, dono e diretor geral desse periódico, apelidou a Cidade Nova de Cidade das Lágrimas (“Dia a dia”. *Diario de Natal*, Natal, 24 jan. 1905).

<sup>4</sup> Nascido em 1881 e formado na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1906, Cicco escreveu duas obras sobre as condições de saúde e higiene da capital potiguar: *Como se higienizaria Natal* (1920), e *Notas de um medico de provincia* (1928). Para maiores informações sobre Cicco, ver dissertação *Sair curado para a vida e para o bem* (SILVA, 2012). O autor discorda do posicionamento de que Cicco seria adepto da teoria dos miasmas, afirmando, a partir da análise da formação do médico, que era partidário das teses microbianas de Pasteur, difundidas a partir de 1880.

<sup>5</sup> Os dados coletados em nossa pesquisa indicam que o índice de evasão da Escola de Aprendizes de Natal foi quase sempre superior a 20%. As informações presentes no livro de matrículas de 1935, por exemplo, indicam que nesse ano a evasão alcançou cerca de 44,7% dos aprendizes.